

Autocríticas e expurgos nos círculos revolucionários paulistas¹ (1928-1935).

Auto-critiques and expurgations in the paulistas' revolutionary environments (1928-1935).

Alzira Lobo de Arruda Campos²

Álvaro Cardoso Gomes³

Marília Gomes Ghizzi Godoy⁴

RESUMO



As dissensões ocorridas nos meios revolucionários paulistas, nos anos 30, pontuaram a história do Partido Comunista do Brasil e das demais correntes de esquerda, produzindo censuras e autocríticas dirigidas a muitos de seus membros. A determinação revolucionária dos camaradas, desenvolvida na cultura de gueto da subversão, propiciou a formação de estratégias de sobrevivência, das quais, a mais perversa, era a dúvida metódica lançada sobre a lealdade de companheiros de jornada. Nas reuniões do partido, traições supostas ou reais ocupavam boa parte da pauta. Impurezas teóricas, envolvimento com trotskistas, adesões pequeno-burguesas, colaboracionismo, deslealdade ao partido, envenenavam as relações dos comunistas. Informações provenientes de fontes diversas — cartas, atas de reuniões, circulares, prontuários policiais — permitem-nos analisar esse processo, submetido ao silêncio quase total da historiografia brasileira.

Palavras-chave: História Política. Revolução Proletária. Comunistas em São Paulo. Trotskismo.

¹ "Meios ou Círculos revolucionários" é expressão usual da época, empregada por militantes e policiais, para designar anarquistas, socialistas e comunistas, isto é, lideranças trabalhistas que lutavam por mudanças radicais da sociedade. A partir de 1929, dissidentes do PCB reuniram-se na Oposição de Esquerda, da qual se originou a Liga Comunista Internacionalista. Como corrente hegemônica e diretamente influenciado pelo stalinismo, o Partido Comunista foi o maior responsável pelo expurgo de camaradas, processo então praticado, embora em menor escala, pelas demais correntes de esquerda.

² Mestre e Doutora em História Social (USP), Livre-docente em Metodologia da História (UNESP); docente do Programa de Mestrado em Ciências Humanas da UNISA (área interdisciplinar); e-mail: loboarruda@hotmail.com

³ Mestre Doutor, Livre-docente e Titular em Literatura Portuguesa (USP); docente e coordenador do Programa de Mestrado em Ciências Humanas da UNISA (área interdisciplinar); e-mail: alcgomes@uol.com.br

⁴ Mestre em Antropologia (USP) e Doutora em Psicologia Social (PUC/SP); docente do Programa de Mestrado em Ciências Humanas da UNISA (área interdisciplinar); e-mail: mgggodoy@yahoo.com.br.

ABSTRACT



The dissensions occurred in the paulistas's revolutionary circles, in the thirties, punctuated the history of the Communist Party of Brasil and of the other left-wing streams, causing censorship and auto-critiques directed to many of its members. The revolutionary determination of the comrades, developed in the culture of the subversion ghettos, propitiated the formation of the survival strategies, of which, the most perverse, was the methodical doubt that surrounded the loyalty of the journey companions. In the party's meetings, presumed or real betrayals played a big role in the discussions. Theoretical impurities, being involved with the trotskyst, little bourgeois adhesions, collaborationism, disloyalty to the party, poisoned the communists' relations. Information derived from diverse sources — letters, minutes of meetings, circulars, officers' handbooks — allow us to analyze this process, submitted to a almost complete silence of the Brazilian historiography.

Keyword: History. Politics. Proletarian Revolution. Communist in São Paulo. Trotskism.

Autocríticas e expurgos, rotineiros na biografia do Partido Comunista Brasileiro, contagiaram em graus variados a historiografia, condenando ao ostracismo personagens responsáveis pela fundação e pelo funcionamento do "Partidão", nos tempos dominados pelas oligarquias estaduais e por Vargas. Não se trata de peculiaridade da historiografia brasileira. Historiadores da "velha esquerda" internacional reconhecem que se fundamentaram pouco em investigações de primeira mão e nem sempre conseguiram refletir sobre os acontecimentos de forma desapaixonada, tendo em conta os laços que os uniram ao comunismo (HOBBSAWN, 1985, p. 11).

Mais recentemente, têm aparecido trabalhos sobre as dissidências ocorridas no âmbito do PCB, como *International Trotskyism, 1929-1985, A Documented analysis of the movement*, de Robert J. Alexander, que concede espaço ao estabelecimento do trotskismo, realçando a sua precocidade e a sua importância na organização dos trabalhadores, especialmente em São Paulo (ALEXANDER, 1991, p. 131).

No Brasil, o tema da Revolução Proletária, conduzida especialmente pelos comunistas, acarretou uma "disciplina partidária" também em muitas pesquisas, que omitiram deliberadamente lideranças operárias e revolucionárias não stalinistas.

A respeito disso, Dainis Karepovs nota que a historiografia das cisões no PCB ocupa poucos parágrafos das obras relativas às duas primeiras décadas da história do partido, e, em geral, mantêm a interpretação oficial dos stalinistas. Essa visão estilizada, pouco sistematizada e insuficientemente lastreada por fontes de primeira mão, acaba por desclassificar a visão dos dissidentes, encerrando o conhecimento no aspecto institucional e burocrático da direção partidária e da Internacional Comunista. Para agravar o quadro, os partidos comunistas sempre tiveram o hábito de reescrever suas próprias histórias de acordo com a orientação política por eles praticada no momento histórico em que tais textos foram produzidos. Assim, a cada mudança de linha política, muitos episódios tiveram sua interpretação completamente alterada. Nos

anos 1970, as dissidências voltaram a ser abordadas e subsidiadas por documentos, como no caso de Edgard Carone. Este, entretanto, ao assumir a explicação oficial que responsabiliza personalidades — que teriam errado na avaliação do momento histórico e na condução do partido — pelas cisões ocorridas, contribui para impedir o aprofundamento do exame e discussão da política comunista nos anos de formação do partido (KAREPOVS, 1996, p. 2-14).

Murilo Leal Pereira Neto, em *Outras histórias*, esclarece determinadas posições dos aderentes da Liga Comunista em São Paulo, no bojo de seu estudo sobre o trotskismo no Brasil, entre os anos 1952-1966, obra que inclui circunstâncias políticas e histórias de vida dos primeiros dissidentes do PCB. Do ponto de vista teórico-metodológico, o autor critica a historiografia nacional que pretende limitar a história do proletariado brasileiro à história do PCB, como também a tendência acadêmica que reproduz acriticamente essa visão, "reduzindo a importância de outras correntes e práticas políticas e empobrecendo a compreensão da pluralidade real de influências, práticas, tentativas e projetos que constituem a história da esquerda brasileira" (PEREIRA NETO, 1997, p. 2). Como exemplo, o autor cita as numerosas obras de Carone dedicadas ao estudo do movimento operário no Brasil e à história do PCB, as quais esquecem ou desqualificam a ação dos trotskistas, sumária e erroneamente. Do mesmo modo, Daniel Aarão Reis exclui os trotskistas das organizações comunistas no Brasil, justificando essa posição pela pequena expressão política e social que teriam tido, o que o levou a se restringir a estudar os grupos que "assumiram o 'legado' marxista-leninista e a contribuição da III Internacional" (PEREIRA NETO, 1997, p. 8).

José Castilho Marques Neto, por sua vez, critica o aparecimento da Oposição de Esquerda no Brasil, considerando o surgimento do jornal do Grupo Comunista Lenine (GCL) – *A Luta de Classe* –, em 8/5/1930, como marco de constituição de uma dissidência organizada nos quadros e no terreno teórico do PCB. Note-se que até em relação ao título do jornal, ocorriam controvérsias entre os dissidentes. Assim é que, a partir de 1934, como consequência da divisão da LCI em dois grupos – o de Hylcar Leite e o "Fernando-Alves" ("Fernando", Aristides Lobo e "Alves", Victor Azevedo Pinheiro) – circularam dois jornais trotskistas com o mesmo nome, diferenciados apenas pelo "c" mudo, que continuou a figurar no periódico do primeiro grupo (MARQUES NETO, 1993, p. 22).

A diferenciação acima transcrita é relevante para os pesquisadores, pois ajuda a identificar a autoria de documentos produzidos pelos dissidentes. Ademais, o abandono das vogais mudas e de acentos considerados de menor valia ligava-se a uma posição doutrinária dos militantes: a complicação da escrita seria uma das estratégias da burguesia para manter o proletariado alienado, incapacitado para compreender a teoria marxista-leninista. Nesse sentido, houve várias tentativas de simplificação da escrita, como a de Aristides Lobo, que, na década de 30, deixou de empregar vogais mudas e acentos gráficos, por considerá-los inúteis para a compreensão da Língua Portuguesa, contrapondo à ideia de que a acentuação minuciosa facilitava a boa pronúncia o seguinte argumento:

Os enamorados dos acentos gráficos parecem esquecer que a linguagem falada é anterior à escrita. Em geral, só se grafam palavras cuja correta prosódia se conhece,

salvo os casos excepcionais de certos escritores que fazem judiciosas citações em alemão, latim, grego, russo, e talvez mesmo em chinês, sem conhecerem nenhuma língua estrangeira [...] (LOBO, 1949, p. 9).

Marques Neto continua a sua interpretação, apontando para a insuficiência da teoria, muito difundida após a pesquisa de Robert Alexander – *Trotskyism in Latin America* –, publicada em 1973, segundo a qual o GCL seria resultante de um trabalho fracionista internacional, dirigido por Mário Pedrosa. Marques Neto entende contrariamente, dizendo que as explicações sobre o aparecimento da Oposição de Esquerda no Brasil devem ter em conta as mudanças de rumo sofridas pela Revolução de 1917, na instalação do Estado Proletário na Rússia: como houve mudanças doutrinárias no campo das ideias marxistas, as modificações surgidas transcenderam os problemas peculiares a cada um dos partidos nacionais (MARQUES NETO, 1993, p. 22). Considera, ademais, que os oposicionistas não desejavam apenas o controle do Partido, mas estavam, como os comunistas em geral, debatendo-se com as mudanças políticas e ideológicas sofridas pelo marxismo e pelas primeiras aspirações revolucionárias (MARQUES NETO, 1993, p. 92). No mesmo sentido, refere-se também à debilidade de explicações historiográficas — como a de Dulles — que separam radicalmente os motivos que levaram às cisões de 1928 e de 1930, registrando o fato de haver confluência daqueles movimentos, pois os oposicionistas de 28 criaram "um novo momento na perspectiva daqueles poucos militantes que não concordavam com os rumos do PCB e da IC desde 1927." (MARQUES NETO, 1993, p. 114).

O próprio Pedrosa abona a interpretação acima ao escrever para Lívio Xavier, da Alemanha, em 1928, criticando a posição adotada por alguns companheiros de deixar o PCB, em solidariedade à célula 4-R, dizendo que ele estava a passar por uma crise, tomando consciência de uma posição que só no Brasil poderia ser esclarecida. É evidente, pois, que as razões que levaram à formação de uma oposição no PCB, detonada pela expulsão da célula 4-R, não se esgotam nesse acontecimento, uma vez que as suas raízes podem ser encontradas nos debates entre quadros dirigentes do PC soviético. Assim se explica o dilema que acompanhou os camaradas dissidentes: continuar a luta pela revolução, fora dos quadros do partido, sem trair o proletariado, ou permanecer no partido, traindo o proletariado (Carta de Mário Pedrosa a Lívio Xavier, 1930). Aristides Lobo, um dos dissidentes mais renitentes em permanecer como membro do Partido, tentou convencer os demais oposicionistas de que deveriam voltar à agremiação — para agir dentro dela conseqüentemente. Em inícios de 30, Lobo passa a ser acusado de "indisciplinado"; nessa ocasião, unido a Pedrosa, tentava arregimentar outros camaradas para a criação do que entendiam como um verdadeiro partido de massa, tarefa que pretendiam levar "até o fim, sem medo de caretas de qualquer espécie" (Carta de Aristides Lobo a Lívio Xavier, 1930). Os missivistas pretendiam agir dentro das células do partido, pois consideravam que ainda não havia possibilidades para a organização de uma militância que fosse independente da burocracia estabelecida. Para eles, o trabalho prático fora do partido era senão inconcebível ou impossível, pelo menos inexecutável, naquele momento. Por outro lado, o trabalho teórico, de crítica ideológica, era considerado absolutamente urgente — mesmo para que a atividade dos opositores, dentro do partido, não fosse descontínua e empírica demais. No momento, não haveria como se

evitar a necessidade dos melhores se organizarem para um trabalho sistematizado de elaboração ideológica (Carta de Aristides Lobo a Lívio Xavier, 1930).

Esses debates encontram-se presentes em *"Tempos de viver": dissidentes comunistas em São Paulo (1931-1936)*, de Alzira Lobo de Arruda Campos, que estuda os prototrotskistas em São Paulo, baseada em ampla documentação, em grande parte inédita e de autoria das mais expressivas lideranças da Oposição de Esquerda. A autora faz uma história político-social dos dissidentes, registrando a versão por eles dada sobre os acontecimentos ligados às principais dissidências da época, em especial, a Liga Comunista Internacionalista. *Tempos de viver* presta esclarecimentos sobre as posições teóricas e práticas que levaram à cisão interna do Partido Comunista Brasileiro, de acordo com a visão dos militantes (CAMPOS, 1998).

Tributário dessas análises, este artigo procura contribuir para a melhor compreensão da formação da esquerda nacional, analisando o processo de expulsão de camaradas dissidentes em São Paulo, com base em documentos em geral constantes dos fundos: DEOPS/SP (Arquivo do Estado de São Paulo), Lívio Barreto Xavier e Mário Pedrosa (ambos integrantes do CEDEM/UNESP). As fontes consultadas são de autoria dos próprios militantes, embora tenham sido coligidas, no caso do Fundo DEOPS/SP, pela polícia política de Vargas.

À guisa de exemplos, analisam-se os expurgos de Astrojildo Pereira e de camaradas que se ligavam ao movimento surrealista. O primeiro foi escolhido não só pela sua importância como quadro do partido, mas também pelo fato de que escreveu cartas de autocrítica, apresentando a sua versão sobre os acontecimentos, cartas essa que, em sua singularidade, lançam luzes sobre o movimento geral do partido e das suas cisões. Quanto à expulsão de surrealistas, foi ela selecionada por comprovar a interferência de decisões da Internacional Comunista sobre os rumos do comunismo nacional, questão que suscitou debates acalorados na esquerda brasileira, ainda uma vez refletidos na produção acadêmica. Do prisma metodológico, é preciso salientar que os documentos consultados trazem a óptica dos dissidentes sobre os fatos dos quais foram protagonistas, e que se desenrolaram no momento dramático da organização da esquerda nacional, durante a ditadura de Vargas.

As dissensões fizeram parte da rotina partidária dos círculos de esquerda, no Brasil e no mundo. Dissensões entendidas no sentido que Jacques Rancière confere ao termo "desentendimento": um determinado tipo de situação de palavra em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro. Não o conflito entre o que diz branco e aquele que diz preto, mas sim entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura. Não se trata de desconhecimento ou de imprecisão de palavras, mas disputas sobre o que quer dizer falar, isto é, a racionalidade da situação das palavras. Os interlocutores entendem e não entendem a mesma coisa nas mesmas palavras. O que significa que o desentendimento incide sobre a própria situação dos que falam e não apenas sobre as palavras empregadas. Assim, as estruturas de desentendimento são aquelas em que a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do objeto da discussão e sobre a condição daqueles que o constituem como objeto. Sempre segundo Rancière (1996, p. 11), a política é a atividade que tem por racionalidade própria a racionalidade do desentendimento, fato que a torna um objeto escandaloso.

As dissensões ocorridas no seio do partido refletem bem o “objeto escandaloso” ao qual se refere Rancière, e que se inscreveram numa história de longa duração, presente ainda em nossos dias. A complexidade da práxis política projeta-se no campo teórico. No campo dito de “esquerda” existiam vários núcleos e associações, abrangendo toda uma gama do arco-íris político. Nesse campo, o Partido Comunista tornou-se o centro mais importante, pelas suas proporções e pela sua organização. A partir dele formaram-se as dissidências da esquerda nacional, ou a “Oposição de Esquerda”, na qual ocupou papel preponderante a Liga Comunista Internacionalista, que se considerava a fração mais legítima do partido, arrogando-se o dever de atacar os “usurpadores” da revolução proletária: a burocracia stalinista e a direção nacional.

Os opositores de esquerda viviam duplamente a sua clandestinidade, frente à direção do partido e da repressão policial. Nas divergências severas que mantinham com o PCB produziram textos que ajudam a identificar a eles próprios e aos companheiros da corrente dominante. O processo de expulsão que atingiu os dissidentes de esquerda transformou-os em párias da revolução, pois o artigo 13 dos Estatutos do PCB proibia qualquer membro do partido de manter relações pessoais, familiares ou políticas com “renegados”, declarados inimigos do partido, da classe operária e do povo (CAMPOS, 1998, p.1).

Desprezados pelos seus companheiros de jornada e esquecidos pela historiografia nacional clássica, nos últimos tempos vêm surgindo trabalhos preocupados em verificar a biografia política dos primeiros ativistas dissidentes do partido e, preocupados em verificar o impacto que a teoria marxista-leninista e a Revolução de 1917 teriam tido na formação do pensamento e da militância de esquerda em São Paulo.

A Liga Comunista Internacionalista e o Fracionismo

Embora os dissidentes estivessem reunidos principalmente na Liga Comunista Internacionalista, é preciso notar que os esquerdistas de 1920 e 1930 revelavam notável grau de porosidade às diversas tendências que existiam então. À procura da “verdade” revolucionária, muitos se desligavam da corrente hegemônica, formando agrupamentos aos quais se recusavam chamar de “partido”, pois defendiam a ideia de um único partido para a classe operária. Os que se mantinham no partido procuravam aplicar táticas de reconduzi-lo aos “verdadeiros” rumos do marxismo-leninismo ou se resignavam à obediência, por constatarem que os esforços revolucionários não poderiam arcar com o ônus de divergências na classe trabalhadora.

A estratégia utilizada era o fracionismo, isto é, o de se apresentarem como uma fração do Partido Comunista, contrária aos dirigentes nacionais e internacionais. As críticas dirigidas aos dirigentes eram pesadas e deveriam permanecer nos circuitos do PCB. Assim, podemos acompanhar a posição dos fracionistas por meio de inúmeros documentos por eles produzidos, em geral presentes em fundos específicos da memória operária. A reprodução de trechos desses documentos remetem-nos a questões

teóricas basilares para a compreensão dos problemas ocorridos nas fileiras revolucionárias, apresentados pela historiografia, com incômoda frequência, como simples embates entre personalidades. As citações a seguir, talvez excessivas, justificam-se pelo sabor particular: é como se tivéssemos os atores sociais em discurso direto. Ademais, é preciso lembrar que a retórica usada pelos autores é produzida no calor da luta entre stalinistas e trotskistas. A emoção se traduz pelo abuso de adjetivos, com o fito de denunciar o que os dissidentes viam como desvios capazes de comprometer os rumos revolucionários.

A crítica maior dos fracionistas visava aos dirigentes, acusados de professar um "solene desprezo" pela doutrina marxista, satisfeitos com "o empirismo demagógico de diletantes pequenos burgueses para se julgarem condutores das massas, e o partido, predestinado à hegemonia da revolução", mantendo-se num alheamento total do movimento político geral do país. Dessa forma, o partido

Que deve ser a vanguarda revolucionária das massas vai pouco a pouco degenerando em obscura seita religiosa cuja atividade visível é colocar bandeiras vermelhas nos fios telefônicos em dias "de guarda", e o proletariado vai se alimentando perigosamente com os restos ideológicos mastigados pela pequena burguesia messiânica e esperando com esta a "volta" de Luiz Carlos Prestes (Projeto de teses sobre a situação nacional, Fundo Lívio Barreto Xavier, p. 3) ⁵.

De seu lado, os stalinistas atacam os trotskistas, nos termos da diretiva do Sexto Congresso da Internacional Comunista (1928) de forçar a entrada de operários na direção dos partidos comunistas, na política denominada de "Obreirismo". Astrojildo Pereira transmitiu esta diretriz ao Brasil, após permanecer o ano de 1929 na URSS: proletarizar o PCB, diminuindo a influência da pequena burguesia nas fileiras e na direção do partido. Sob a influência direta do Bureau Sul-Americano da III Internacional, a antiga direção foi praticamente toda afastada, sendo substituída por elementos que tinham como única qualificação o fato de serem "operários". Este processo, liderado por Fernando de Lacerda, serviu para atrelar definitivamente o PCB aos ditames oriundos da Internacional Comunista (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 51). Inevitavelmente, no caso paulista, as acusações stalinistas decorrentes do "Obreirismo" ancoravam-se no repúdio às alianças com os pequenos-burgueses do Partido Democrático ("Partido dos Descontentes", diziam os comunistas), identificado como um reduto de trotskistas.

Em abril de 1930, realizou-se a primeira conferência internacional dos trotskistas, em meio a problemas graves: a luta contra stalinistas e as rivalidades de alguns círculos de oposição (BROUÉ, 1987, p. 12-16). A Oposição de Esquerda, no Brasil, sentia-se mais segura para responder às críticas que lhe eram assacadas pelos stalinistas. Além de declarar que os dirigentes do partido desconheciam a teoria marxista-leninista, os opositores denunciaram a "obra policial" da burocracia que dava "pasto diário à sanha dos sicários da

⁵ As referências relativas aos documentos apresentam-se nos limites permitidos pelos dados registrados. Portanto, as regras de citação da ABNT aplicam-se segundo os limites ligados a fontes, muitas vezes manuscritas, não numeradas e produzidas no ambiente tenso da repressão policial.

burguesia”, ao citar nomes de camaradas nos boletins, que rapidamente caíam nas mãos da polícia, “enquanto a massa, impotente, continua no mais deplorável estado de desorganização e os militantes do partido, que tão inestimáveis serviços poderiam prestar em outras circunstâncias, vivem a debater-se no mais completo descabro ideológico” (A Lucta de Classe, 1930, p. 1).

Os “descabros ideológicos” do PCB são contundentemente descritos por “Lyon” (o jornalista Lívio Barreto Xavier, responsável pelo setor “Agit/Prop”, “Agitação e Propaganda”, da Liga Comunista Internacionalista), em análise que reconstitui a história das dissensões históricas surgidas entre companheiros de jornada, dos pontos de vista da teoria e da prática revolucionárias. Segundo ele, a teoria do PCB era revelada como religião, dogma indiscutido e indiscutível, “cujo segredo e explicação só possuem os ‘eleitos’ do comitê central”, que seriam incapazes de pensar e agir dialeticamente, subestimando as novas contradições que se concretizariam pela ação revolucionária do proletariado”. O PCB seria um simples aplicador das “pastorais” da Internacional Comunista sobre a questão brasileira. (A Lucta de Classe, 1930, p. 2). Com essas palavras, Lívio Xavier ajuda a esclarecer a controvertida questão do papel da Internacional Comunista sobre o PCB, fantasma que continua a assombrar muitas das análises que se detêm sobre o grau de autonomia dos comunistas brasileiros, o peso de acontecimentos internacionais e nacionais sobre a trajetória do partido ou o festejado “embate de personalidades”, como explicação para os cismas ocorridos nas fileiras comunistas.

Os primeiros trotskistas consideravam que a previsão equivocada dos stalinistas sobre a iminência da revolução proletária provocava efeitos danosos sobre a militância, levando a polícia a prender os militantes operários, vítimas “do efeito causado no espírito burguês pela ameaça de uma ‘revolução’ que só existe nos letrados gritantes dos cartazes e na imaginação doentia de meia dúzia de fanáticos cegados pela cocaína dos *complots*” (A Lucta de Classe, 1930, p. 4).

O Comitê Central do PCB, visivelmente amedrontado pela argumentação e atuação de seus críticos, adotou medidas para o estabelecimento de um cordão sanitário em torno dos opositores. Em carta assinada por Dinah Siqueira (São Paulo, 1 dez. 30), o Comitê chama a atenção dos camaradas do interior “para as manobras de certos elementos pequeno-burgueses oportunistas expulsos como tais do partido (Plínio Melo, Josias Leão, Luiz de Barros), os quais se acham ao serviço dos generais e coronéis fascistas para tapear as massas intitulando-se comunistas.” (Prontuário n.º 37, f. 16). Toda a colaboração com os indivíduos citados acarretaria a exclusão automática do partido. A “muralla de ferro” preconizada pela direção atingia, obviamente, Aristides Lobo, um dos críticos mais ferrenhos do Comitê Central:

Os camaradas terão recebido uma nossa carta referente ao renegado e traidor Aristides Lobo. Pode ser que ele se dirija por carta aos camaradas. Os camaradas devem repeli-lo com toda a energia, pois ele foi expulso do partido. Devem enviar-nos cópia de todo o material, tanto da carta que por acaso ele vos envie, como da resposta dos camaradas. Só deve ser atendida como sendo verdadeiramente do partido, a correspondência que seja assinada por A. Costa e carimbada conforme esta circular (CIRCULAR DO COMITÊ CENTRAL DO PCB, PRONTUÁRIO n. 57).

Determinação que visava a efeitos claramente intimidatórios e que a Oposição de Esquerda tentou neutralizar, lançando, em 29 de dezembro de 1930, um folheto impresso, de quatro páginas, pelo qual Aristides Lobo responde à carta do *Bureau* do Comitê Central sobre a luta contra os bolchevistas expulsos de suas fileiras. Juntamente com o memorial de Joaquim Barbosa e a carta de Plínio Melo, esse texto forma a tríade documental mais completa a respeito dos acontecimentos de 1928-1930, na óptica dos dissidentes. Com uma vantagem: por ser o último desses documentos, a "Carta aberta aos membros do Partido Comunista", sintetiza os problemas principais enfrentados pelos dissidentes e os situa claramente nos embates teóricos e práticos das correntes revolucionárias da época.

A primeira das críticas levantadas por Lobo diz respeito à composição social dos dirigentes do partido do proletariado, pouco tempo antes destituída por imposição do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista: um jornalista, um farmacêutico, um advogado, dois médicos, um guarda-livros e alguns elementos da chamada "aristocracia operária" (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 46, nota de rodapé 5).⁶ Essa crítica aponta para uma composição social considerada capaz de retirar o conteúdo de classe da revolução, por atrelar o proletariado a uma vanguarda pequeno-burguesa. O sectarismo moralista, a dependência a Stalin e a inocuidade das autocríticas praticados pela burocracia partidária são sarcasticamente apresentados por Lobo:

Em todo esse tempo, a velha beata da burocracia batia no peito, penitenciando-se, mas continuava a pecar "corrigindo" erros velhos com novos erros. E os que, em todo esse tempo, combatiam os seus desvios de libertina revolucionária, iam sendo expulsos, exatamente como agora, sob a pecha de "trânsfugas" e de "traidores". Exatamente como agora, os dirigentes bradavam: "nossa linha estava errada, mas já foi corrigida e é justa hoje". Amanhã, a velha beata baterá novamente no peito, confessando seus pecados atuais ao papa Stalin. E este, depois de a chamar de "menchevista", como já chamou uma vez, dirá: "Em meu nome, no do 'kulak' e no do aventureirismo: eu te perdoo..." E a velha beata continuará a errar e a fazer safadezas. E os verdadeiros bolchevistas, os que lhe mostram os desvios no seu justo momento, continuarão a ser expulsos da fileiras revolucionárias, mas não antes de receberem nas costas o vômito amarelo da velha: "trânsfugas" e "traidores" (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 30).

⁶ Os membros dirigentes do partido eram: Astrojildo Pereira, jornalista; Octávio Brandão, farmacêutico; Paulo Paiva de Lacerda, advogado; Leôncio Basbaum, médico; Fernando Paiva de Lacerda, médico; Cristiano Coutinho Cordeiro, contador e professor. Os elementos da aristocracia operária eram o gráfico Mário Grazzini, o metalúrgico José Casini e o padeiro José Caetano Machado.

Um dos pontos-chave da história das dissensões — a ditadura partidária substituindo a ditadura do proletariado — é enfatizada, ao lado do apelo aos camaradas para que abrissem mão da ideia falsa da disciplina e ousassem dizer abertamente, dentro das células, aquilo que sentiam (ABRAMO, KAREPOVS, 1987, p. 30).

O documento de Lobo confirma que os camaradas da oposição atacavam fundamentalmente a direção nacional do partido e os erros do stalinismo, considerando-se autênticos comunistas, legítimos propagadores do bolchevismo-leninista. Muitas de suas críticas seriam confirmadas pelos acontecimentos históricos, integrando-se ao *mea-culpa* do PCB.

A repercussão da carta acima patenteia-se a cada ponto nos registros dos comunistas e da repressão. Uma carta, sem data ou assinatura, comenta que o documento havia sido lido, discutido e “lamentado” no *presidium* do partido, tendo surpreendido fortemente alguns dos camaradas. Lamentava-se (o termo é repetido) que um camarada antigo como Aristides Lobo ignorasse por completo as teses do Terceiro Congresso e se referisse despropositadamente ao livro de Fritz Mayer (*Agrarismo e industrialismo*, de Octávio Brandão) e que ele (Aristides) acusasse “Natal”⁷ de apenas conhecer as teses do 3.º Congresso. Se alguma coisa de razoável houvesse na carta — adiciona o missivista — seriam coisas de importância terciária e que não estariam lá senão para disfarçar o “direitismo evidente e o oportunismo indisfarçável do autor” (Prontuário n.º 315, f. 23).

A polêmica travada entre comunistas que aceitavam as determinações do partido, sem discussão, e aqueles que consideravam que os rumos tomados por Stálin traíam a revolução proletária, passam a ocupar corações e mentes dos revolucionários.

Hobsbawn considera que os comunistas dessa fase, como indivíduos, tinham total e apaixonada lealdade à sua causa, que se identificava com o seu partido e que significava, por sua vez, lealdade à Internacional Comunista e à URSS. E que, quaisquer que fossem os seus sentimentos pessoais, tornou-se logo claro, que deixar o partido comunista, seja por expulsão ou iniciativa própria, equivalia a pôr fim à atividade revolucionária efetiva. Aqueles que abandonavam o partido ficavam esquecidos ou privados de toda ação objetiva, a menos que aderissem aos “reformistas” ou se filiassem a algum grupo abertamente “burguês”, caso em que deixavam de interessar aos revolucionários (HOBSEBAWN, 1985, p. 16).

Obviamente, a análise de Hobsbawn aplica-se apenas em parte aos opositores de esquerda no Brasil, como vemos pela documentação. Embora lealmente devotados à causa revolucionária, não a identificavam a Stalin ou à Internacional Comunista, considerados como exemplos flagrantes de traição aos princípios bolchevistas-leninistas. Não abandonaram o partido, pois se sentiam no dever de reconduzi-lo ao papel de vanguarda revolucionária, objetivo pelo qual lutaram arrojadamente, nas décadas de 20 e 30, tentando conferir eficácia à sua ação política para o estabelecimento de uma ditadura do proletariado. A história individual dos opositores de esquerda, depositada em arquivos, demonstra que eles, por regra, continuaram

⁷ “Natal” é pseudônimo de Noé Gertel, camarada da célula do Bom Retiro.

fiéis aos ideais que abraçaram nos primórdios de sua militância política, mesmo após perderem a ilusão revolucionária de 1917.

Censuras e autocríticas: a expulsão de Astrojildo Pereira

De 1927 em diante, a história do PCB em São Paulo pontua-se por censuras e autocríticas dirigidas a numerosos de seus membros. A direção partidária torna-se mais e mais intolerante, acompanhando os ritmos do stalinismo internacional. Imbuídos da determinação revolucionária, atuando na clandestinidade, os camaradas desenvolveram uma personalidade de gueto, colocando sob suspeição os próprios companheiros de jornada. Os acusados que conseguiram permanecer nos quadros do partido sujeitaram-se a humilhações severas, e, muitas vezes, ao ostracismo.

Este é o caso de Astrojildo Pereira, que podemos acompanhar por meio de documentação copiosa, produzida pelos organismos de base, pela direção partidária ou pelo próprio acusado. Nascido em 1890, em Rio Bonito (Estado do Rio de Janeiro), Astrojildo foi um dos maiores intelectuais e militantes do partido, inteiramente dedicado à causa proletária, o que não impediu os dissabores a que foi sujeito pela direção comunista. Astrojildo Pereira sofreu o primeiro embate dos dirigentes comunistas numa reunião ampliada do Comitê Central, realizada em novembro de 1930, no Rio de Janeiro, quando foi destituído de seu cargo de secretário-geral. Na ocasião, foi acusado de permitir que a organização atingisse um estado crítico e responsabilizado pela resistência oposta à proletarização do partido. Para suas reabilitações, ele e Paulo de Lacerda foram enviados a São Paulo, onde deveriam trabalhar no Comitê Regional, além de se obrigarem a escrever cartas ao Comitê Central, reconhecendo os seus erros. Desse modo começou a longa luta de Astrojildo, em busca de uma sonhada reabilitação, a final concluída pelo seu afastamento do partido, no ano de 1932 (Prontuário n. 44, f. 242). O prontuário de Astrojildo Pereira conserva essa história, em oito cartas de autocrítica por ele assinadas e em comunicados do partido sobre o seu caso. Os problemas enfrentados por Astrojildo remetem bem à biografia do partido e de seus opositores.

Em 23/1/1931, em declarações prestadas à Delegacia de Ordem Social de São Paulo, Astrojildo identificou-se como comunista militante dentro de sua profissão de jornalista, dizendo que a marcha da fome, na qual havia sido preso, fora promovida pela Confederação do Trabalho, com sede central no Rio de Janeiro, com o apoio do PCB. Após a data acima, a polícia de São Paulo elaborou um extenso prontuário individual, formado por numerosos documentos de próprio punho de Astrojildo, dando conta de crises internas do PCB e da disciplina partidária — com o corolário das cartas de autocrítica, das réplicas e das tréplicas. Nada menos de oito cartas de autocrítica encontram-se no processo de Astrojildo, cartas que expressam, no viés individual, a situação coletiva dos camaradas, sujeitos à obediência cega às diretrizes partidárias.

A primeira das cartas, datada de São Paulo a 29/6/1931, ocupa seis folhas manuscritas por Astrojildo, grafadas a tinta e a lápis. As respostas a críticas, numeradas de 1 a 9, refletem algumas das preocupações fundamentais do partido em São Paulo. O signatário dirige-se aos camaradas do Comitê Regional, em resposta às acusações feitas ou reafirmadas contra ele na Conferência Regional — fundamentalmente, ilusões sobre o prestismo⁸ ou alianças possíveis com a pequena burguesia. Sobre o prestismo, Astrojildo argumenta tratar-se de questão liquidada no *Plenum do Bureau Sul-Americano*, em dezembro de 1930, e que ele fizera autocrítica franca e sem reservas a respeito, em reuniões do partido. As ilusões golpistas em “Miguel Costa & Cia.” baseavam-se no fato de haver informado em reunião do Secretariado Regional que Miguel Costa dizia estar disposto a armar o proletariado e a tomar posições de apoio à causa revolucionária. Não procediam, igualmente, as críticas de que ele manteria ligações com a pequena-burguesia, pois se tratava de relações puramente pessoais com alguns burgueses. Quanto a seus escritos, Astrojildo afirma que havia colaborado nos jornais *O Tempo* e *O Homem do Povo*, mas rompera em abril completamente com ambos. O artigo que publicara na *Revista Nova*, da imprensa burguesa, seria incapaz de causar confusões entre a massa operária, pois o proletariado não lia tal revista, pelo seu alto preço, ao contrário do que sucedia com *O Tempo* e *O Homem do Povo*. Não lhe ocorrera que seu nome misturado aos dos outros colaboradores da *Revista Nova* constituísse uma manifestação de colaboração de classe. Entretanto, reconhecia a falta, como também de não ter oficialmente comunicado o artigo à direção do partido, antes de o publicar, embora tivesse dito ao camarada “Mário” que havia sido convidado a escrever um artigo para aquela revista.

Apesar de acatar as críticas em geral, Astrojildo insurge-se contra a acusação de apoiar os trotskistas, pois — alega — não os poupava e nem mantinha relações pessoais com os seus chefes, além de não ser segredo para ninguém que o ódio principal deles caía precisamente sobre ele, mais que sobre outro qualquer membro do partido.

Astrojildo reconhece haver infringido a disciplina do partido não falando na Assembleia dos Gráficos, para a qual havia sido escalado pela fração, mas se defende argumentando que o ingresso e a atividade no Sindicato dos Gráficos deveria restringir-se unicamente a operários da indústria gráfica, “eliminando do seu seio todos os Plínios que lá se intrometam indevidamente”, e que ele não se sentia absolutamente com disposição de participar ativamente em assembleias sindicais.

A resposta de Astrojildo a respeito de comícios nas portas de fábricas descreve a rotina dos “agit-props.” comunistas:

Fui uma primeira vez à fábrica Crespi. Não apareceu nenhum outro camarada, e, de resto, a fábrica não fechou à hora que me indicaram. Fui uma segunda vez à fábrica Matarazzo, na Avenida Celso Garcia; nenhum outro camarada; eu não falei. Fui uma terceira vez à Ítalo Brasileira; apareceu um camarada; mas ambos julgamos a conselho de alguns dos próprios operários, que seria melhor falar à hora do almoço e

⁸ O prestismo referia-se à liderança de Luís Carlos Prestes, pretendida por parte dos comunistas, porém contestada pela direção do PCB, uma vez que Prestes identificava-se ao tenentismo, visto como um movimento da pequena burguesia.

não à tarde, à hora da saída; combinamos pois voltar no dia seguinte; eu voltei; o outro camarada, não; eu não falei. Uma quinta vez fui à fábrica Crespi; apareceu um camarada, que falou em primeiro lugar; eu falei em segundo lugar. Mas falei por obrigação, fazendo um grande esforço, que estou certo não foi compensado pelo resultado obtido.

Um dos itens da acusação recebe uma resposta curiosa de Astrojildo, pois informa sobre dilemas vividos por militantes do materialismo histórico, num cotidiano impregnado de magia. Astrojildo teria acedido aos desejos de um professor de quiromancia, “por mera curiosidade, e condicionalmente no que se referia a qualquer publicação”. Embora o relato do “camarada Bandeira” fosse exato, Astrojildo afirma que antes de ser comunista já era materialista e ateu, não podendo, portanto, crer em “quiromancias”, mas que reconhecia a grave leviandade de se ter prestado a satisfazer os desejos do tal “professor”.

Os trechos finais da carta expressam um *mea-culpa* contrito. Astrojildo diz que desde a Carta da Juventude Comunista e durante toda a discussão posterior, acerca da situação brasileira e do PCB, compreendera perfeitamente que o seu papel na direção do partido — determinado por uma série de fatores objetivos — estava terminado. Desde então reconhecia — e reconhecia cada vez mais — a sua incapacidade pessoal na situação histórica do momento em ocupar postos de direção no partido. E conclui humildemente:

Reconheço as minhas debilidades e bem assim as falhas na minha atividade de militante. Mas nada posso fazer para superá-las. Tenho confiança no proletariado; mas falta-me a confiança em mim mesmo, para determinadas tarefas. O partido tomará a deliberação que julgar mais acertada sobre o meu caso. Eu me submeterei incondicionalmente. Afirmo que farei todos os esforços que estejam em mim para cumprir o que for deliberado (Prontuário n. 44, doc. n. 9, f. 9-15. Ms.).

Esforços que continuaram a se adensar no campo jornalístico: ao discutir questões nacionais, Astrojildo tentava evidentemente se livrar das suspeitas de desvios. É assim que, ao comentar um plano geral para a organização cristã do trabalho no Brasil, encomendado pelo cardeal D. Sebastião Leme a Pandiá Calógeras, Astrojildo proclama a sua “qualidade de materialista integral, inimigo irreconciliável de mistérios e adivinhações”, não lhe cabendo penetrar “nas sagradas intenções do eminente Cardeal e do não menos eminente publicista católico”. No entanto, considerava que seria um plano de organização corporativa do trabalho, destinado ao fracasso porque assentar-se-ia numa base falsa: a da colaboração das classes (Prontuário n.º 44, doc. nº 9, f. 9-15. Ms.).

Quanto à acusação de “miguelcostismo”, Astrojildo redige uma nova defesa em artigo destinado à publicação. Diz ele que mesmo em São Paulo, cuja polícia civil e militar tinha à sua frente antigos comandantes

da Coluna Prestes, a vanguarda revolucionária do proletariado estava sendo a vítima constante das violências e arbitrariedades policiais. O presídio da imigração e os calabouços imundos da rua dos Gusmões não se esvaziavam nunca de presos proletários. Quando a Aliança Liberal e os revolucionários de 5 de julho faziam propaganda de seu golpe de Estado, diziam sempre que mal chegassem ao poder aboliriam as "leis celeradas"; entretanto, os liberais, libertadores e prestistas, que ocupavam os mais altos postos policiais, estavam fuzilando dezenas de operários e encarcerando centenas de outros (Prontuário n. 44, f. 25-27). Pouco depois de escrever essa carta, em setembro de 1931, Astrojildo foi preso e remetido pela Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo ao Rio de Janeiro, de onde foi despachado para o Uruguai. De regresso, Astrojildo contraiu núpcias em São Paulo com uma filha de Everardo Dias, transferindo sua residência para a Capital Federal (Prontuário n. 44, doc. n. 14).

A 6 de janeiro de 1932, sob o pseudônimo de "Américo Ledo", Astrojildo enviou nova autocrítica aos camaradas do *Bureau* Provisório, não aceitando as acusações de colaboração com fascistas, trotskistas, contra-revolucionários, etc. Diz que manteve e continuava a manter ligações pessoais com Di Cavalcanti, não sabendo porque haveria de cortar essas relações de ordem puramente pessoais, quando sempre constataria que outros camaradas responsáveis mantinham também relações idênticas com ele. Dado o não-fundamento das denúncias, Astrojildo convencia-se de ser vítima "talvez de intrigas e enredos, com certeza de informações erradas, exageradas, deformadas", pois desde o ampliado de janeiro de 1932 levantara-se contra ele uma série de acusações "baseadas quase todas em fatos miúdos". No entanto, esforçava-se para corrigir os erros verdadeiros reconhecidos, como os camaradas poderiam constatar por notícias sobre posição e atitudes que tomara na prisão. Nesta, em reuniões diárias, durante duas semanas, participava ativamente, no coletivo da prisão, da discussão sobre os mais sérios problemas políticos do momento: a questão da revolução democrático-burguesa e o proletariado, o golpismo, o prestismo, o trotskismo, a questão das raças, etc. A carta termina com uma declaração apaixonada, evidenciando desespero — provavelmente comum entre os militantes rejeitados pelo partido:

A fidelidade — moral e política — é em mim uma qualidade que posso dizer inata. Sempre fui, sou e serei fiel ao partido e à IC, seja em que circunstâncias forem, não só por palavras, mas também por atos (Prontuário, n. 44, doc. n. 25, f. 36-40).

Em 19 de janeiro de 1932, em mais uma carta, endereçada sempre aos "camaradas do *Bureau* Provisório", Astrojildo reafirma os termos da anterior (Prontuário n. 44, f. 25).

De 22 a 25 de janeiro, Astrojildo ocupou-se em responder a uma carta do *Bureau* Provisório, datada de 10 de janeiro. A sua resposta agrupa os erros e desvios de que era acusado em quatro itens. O primeiro referia-se à colaboração em *O Tempo*, *O Homem do Povo* e a *Revista Nova*. O segundo, às suas ligações com elementos pequeno-burgueses, com as quais diz-se disposto a romper, "afastando-se por completo de seu convívio", embora se tratasse de relações meramente pessoais. Quanto ao terceiro, de resistência à proletarização do

partido, afirma discordar dele, uma vez que a sua própria saída da direção, dando lugar a camaradas proletários, provava as suas alegações. Também discordava com o quarto ponto que apontava erros graves, confinando com a traição, no trabalho regional. Em *post-scriptum*, Astrojildo nega absolutamente que sua carta anterior tivesse sido um libelo acusatório, ou contivesse quaisquer termos de deboche intencional. A sua resposta pairara numa atmosfera de grande brandura, se comparada com a acusação. Os camaradas deveriam saber que disciplina não significava aviltamento (Prontuário, n. 44, f. 41-43).

Em vão debateu-se Astrojildo: o 5.º Plenum do PCB, de agosto de 1932, adotou resolução confirmando a sua condenação, como defensor da linha errada e como membro dos mais responsáveis por todos os erros antigos. Como antigo secretário do partido, em vez de ficar ao lado de seus camaradas, Astrojildo declarou não ter disposição de luta e retirara-se "gostosamente para as torrinhas, como espectador", isto é, traíra o partido, abandonara suas fileiras, passara para o lado da contrarrevolução (Resoluções adotadas pelo 5º Plenum do PCB, 1932).

Por mais que lutasse para readquirir prestígio junto aos camaradas, Astrojildo tornou-se um dos muitos renegados do partido. O "camarada Marques", em discurso pronunciado em Moscou, ratificou a condenação de Astrojildo, relatando que, de 1929 a 1930, o partido acabava de sair de um período de luta enérgica contra a liga menchevista, liderada por seu antigo secretário, "o renegado Astrojildo Pereira", e contra graves erros sectários que tentavam transformá-lo num apêndice da burguesia e da sua Aliança Liberal. Naqueles anos, o PCB não possuía mais de 500 membros, concentrados no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, sem nenhuma ligação entre os diferentes núcleos e sem organização de massa (Prontuário, n. 44).

Preso mais uma vez, Astrojildo registrou a sua derrota pela política de "centrismo democrático", declarando já ter sido membro do partido, mas que no ano de 1932 fora afastado pela direção partidária (Prontuário, n. 44, f. 242).

Conclui-se que a estrutura partidária determinou o destino pessoal de Astrojildo Pereira, por meio de penosas e longas discussões, num jogo evidente de cartas já marcadas. Esses julgamentos, suscitados ou apoiados pelo *Bureau* Sul-Americano da IC, resistiram ao tempo. Podemos, assim, verificar que a condenação de Astrojildo perdurou nos depoimentos prestados por alguns de seus antigos camaradas:

Astrojildo, um jornalista brilhante, podia ter feito uma carreira esplêndida no meio da burguesia. Cortou toda a carreira dele, a vida dele toda, pobreza, tudo isso. Um jornalista brilhante, um organizador. Ele era fiel à União Soviética. Foi ele que organizou, fundou o partido e organizou os congressos do partido. Um homem inteligente, mas ingênuo. E a base teórica falha, para mim a falha principal, a filosofia. [...] Ele foi demitido. Foi isso, escreveu essa carta. Uma carta incrível. Eu

fiquei assombrado quando soube dessa carta. Porque ele lutou ao nosso lado esses anos. Lutou no anarquismo e no partido de 22 a 30. Escreve uma carta, dizendo: "Não quero ser mais ator, só quero ser espectador". [...] Então foi expulso como oportunista. Ficou uns doze anos expulso. Depois, em 45, ele andou com a história de Brigadeiro. Então, ele é acusado de que não queria reconstituir o partido. Queria a reboque de Eduardo Gomes. Mas fez autocrítica. Uma autocrítica, eu não faria, eu teria ficado ... Porque aquilo é uma autoflagelação, uma coisa horrível. E então voltou ao partido e foi para o comitê central. E aí pactuou com tudo — aceitou todas as linhas, desvio de direita, desvio de esquerda, tudo, tudo — contanto que não fosse expulso novamente (BRANDÃO, 1993).

O depoimento acima esclarece que Astrojildo ficou no Comitê Central até a sua morte, ocorrida em 1964 (BRANDÃO, 1993).

Os organismos de base acompanhavam os camaradas da cúpula partidária na denúncia e penalização dos dissidentes. As forças vivas da revolução pareciam se esvaír nas críticas repetidas feitas aos mais diversos camaradas, culpados dos mais diferentes erros e desvios.

Caio Prado Júnior, personagem ilustre do PCB, foi expulso das fileiras do partido, em 18/12/33, entre outros motivos, por ter criado no seio do PC a teoria de que a Revolução de 30 foi uma revolução agrário-imperialista e que só restava aos trabalhadores fazerem a revolução democrático-burguesa, acabou sendo expulso (PRONTUÁRIO, n. 1.691, doc. n. 13).

O expurgo de intelectuais e surrealistas

Os intercâmbios comuns entre intelectuais de esquerda acabavam por criar simpatizantes da Liga, como Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Osório César, Tarsila do Amaral, Patrícia Galvão. Simpatizantes, em geral, que se moviam nas fronteiras do Partido, adernando para a Liga nos momentos em que ocorriam expulsões — próprias ou de companheiros. Simpatizantes que não ficavam simplesmente assistindo à luta encetada por amigos, mas que participavam ativamente dessa luta, criando subgrupos. Por exemplo, um informe reservado dá conta de que Pagu e Oswald de Andrade estavam em atividade, recebendo várias pessoas em suas residências. Na Liga, ou em suas circunvizinhanças, movimentavam-se Pedro Catallo, Pedro Costa, Pedro de Gusmão, Pedro Ernesto, Pedro Martins, Rafael Sampaio Filho, Ramon Guerrero Simon, o lituano Zelmanas Cerniauskas, João Gerulaite (Prontuário, n. 1.053).

Os opositoristas tinham muito claro que seria preciso uma união da esquerda para a vitória da revolução proletária. Os apelos ao Partido eram constantes: nada se faria sem essa união. Mas o PCB não ouvia, pois estava — dizem os dissidentes — com "os ouvidos entupidos pela cera burocrática". O resultado dessa "surdez" era "o estado deplorável de desagregação e isolamento em que caiu o Partido", diminuindo consideravelmente a sua influência sobre as massas e afastando mesmo a simples possibilidade de ligar-se com elas (Prontuário, n. 2.030, doc. n. 10).

Nesse âmbito, situa-se a expulsão dos chamados "surrealistas revolucionários" (Breton, Aragon, Naville, Péret, Martinet), que compunham "poemas proletários". Acusados de burgueses, os surrealistas lançaram o 2.º *Manifeste du Surrealisme*, atacando Naville que se afastara completamente do surrealismo, para se dedicar inteiramente à política, observando que Breton, "fabuloso ogum", ficara com a vaidade um tanto ferida. Mário Pedrosa diz que a parte final do Manifesto era uma concessão, uma espécie de "NEP surrealista", e que a posição política de Breton em relação ao partido e à oposição não era firme, mas hesitante e cômoda demais, pois insinuava que não se devia concorrer para agravar as divergências. Divergências, que no entender de Pedrosa, não eram tão graves, porquanto "viu-se Rakovsky fazer uma declaração conciliatória, pronto à reconciliação, e Trotsky solidarizar-se com isso" (Carta, 3 fev. 1930).

Os surrealistas franceses acabaram por ser expulsos das fileiras da Oposição de Esquerda, determinação que afetou, no Brasil, a Benjamin Péret, fundador da LC e secretário da região do Rio de Janeiro. Péret havia se casado com Elsie Houston, em Paris, em 1927, no mesmo ano em que todo o grupo surrealista, do qual fazia parte, havia entrado no PC francês. Um ano depois, Mário Pedrosa conheceu Mary Houston, irmã de Elsie, com quem se casou mais tarde. De 1929 a 1931, Péret morou no Brasil, militando ativamente na Oposição de Esquerda e participando da vida intelectual do Rio de Janeiro e de São Paulo. As dificuldades enfrentadas por Péret e seus companheiros cariocas agravavam-se pela falta de comunicação deles com a Comissão Executiva, localizada em São Paulo, e pela violenta repressão do movimento operário que se operava na capital federal. As pesquisas realizadas por Péret para escrever um livro, *O Almirante Negro*, sobre a Revolta da Chibata, de 1910, foram usadas como pretexto pelo governo para expulsá-lo do país. Em novembro de 1931, Péret e João Matheus foram presos e a polícia apreendeu com eles os arquivos da Liga do Rio (KAREPOVS, 1994, p. 225-232).

No ambiente de cerco a que eram submetidos pela repressão, os camaradas atacavam os anarquistas e comunistas dissidentes, denunciando-os como aderentes à Liga Anticomunista, dirigida pelo presidente da Frente Negra, Arlindo Veiga dos Santos, e como "agentes do imperialismo". Os inimigos do PCB atingiam a um espectro cada vez maior e abrangiam o governo de Waldomiro Lima, Getúlio Vargas e os tenentes, unidos a chefes anarquistas e trotskistas (Prontuário, n. 192, f. 22).

Assim dividida, a esquerda paulista estava pronta para o grande abate propiciado pela tentativa revolucionária — a "Intentona de 1935"—, que aniquilou os círculos revolucionários em São Paulo, enviando para a prisão ou ao exílio anarquistas, trotskistas e comunistas, que haviam composto o primeiro momento do "sonho revolucionário" nacional.

Conclusão

O trotskismo internacional constituiu uma tendência significativa do mundo político, durante um período relativamente longo, tendo-se refletido no Brasil com a organização de uma oposição de esquerda bolchevista-leninista, que deu origem à Liga Comunista Internacionalista — um dos mais confusos, mas também mais aguerridos grupos — a aparecer na esquerda nacional. Com a sua organização central situada na cidade de São Paulo e provida de lideranças seriamente empenhadas em conduzir a revolução proletária a rumos considerados "verdadeiros", os membros da liga travaram um combate acirrado contra a direção central do partido, ao mesmo tempo em que se defendiam contra a polícia política, reunida, a partir de 1924, no temível DOPS. Esses embates dividiram os camaradas em campos antagônicos, levando a expurgos e a autocríticas constantes, no âmago e nas periferias do "partidão".

No campo teórico, as dissidências se iniciaram com as preocupações da direção do PCB em acatar a diretiva do Sexto Congresso da Internacional Comunista (1928) de forçar a entrada de operários na direção dos partidos comunistas. Essa política, denominada de "obreirismo", somada ao "prestismo" e à "burocracia menchevista", formavam o eixo principal das desavenças entre camaradas, até aproximadamente o ano de 1935, quando a repressão, que se seguiu à chamada "Intentona Comunista", conduziu os militantes à prisão ou ao exílio.

Os acontecimentos ligados à tumultuosa existência dos comunistas, alinhados a Stalin ou a Trotsky, criaram uma documentação copiosa, produzida por eles próprios ou pela repressão. Parte desses documentos é aqui utilizada, no sentido de se entender como se organizava a rede de relações interpessoais entre companheiros, irmanados pela mesma luta, mas divididos por antagonismos profundos a respeito da teoria e da prática revolucionárias. A vida desses homens foi tributária de acontecimentos que provinham de filiações internacionais, mas que deve ser compreendida em quadros mais amplos da História — de São Paulo, do Brasil, dos movimentos operários e do Partido Comunista. A polêmica travada entre comunistas que aceitavam as determinações do partido, sem discuti-las, e aqueles que consideravam que os rumos tomados por Stalin traíam a revolução proletária, passam a ocupar corações e mentes dos revolucionários. E também de muitos historiadores que, no plano internacional (como Hobsbawn) ou no nacional (como Carone) desconsideraram os dissidentes como lideranças revolucionárias, observando que deixar o partido comunista, seja por expulsão ou iniciativa própria, equivalia a pôr fim à atividade revolucionária efetiva. No entanto, várias obras surgidas nas últimas décadas demonstram que os opositores de esquerda entendiam que o partido deveria voltar a ser a vanguarda revolucionária do movimento operário, tal como preconizado pelo marxismo-leninismo. Com esse objetivo, os grupos que se desligaram da corrente hegemônica recusaram-se a se intitular como "partidos", pois defendiam a ideia de que deveria haver um único partido para a classe operária. Dessa forma, os dissidentes esforçavam-se para se manter no partido, a fim de o reconduzir aos rumos do marxismo-leninismo, preconizados por Trotsky, ou para evitar o peso que as divergências poderiam ter para a classe trabalhadora. Quando descobertos, sujeitavam-se a um processo que implicava

autocríticas e penalidades, a mais temível das quais era o "expurgo". Neste caso, como renegados, passavam a se apresentar como "fracionistas" do Partido, fazendo oposição aos seus dirigentes.

Fontes Documentais

A Lucta de Classe. Como combater a reação. Rio de Janeiro, jul. 1930.

A Lucta de Classe. Como se argumenta contra nós. Rio de Janeiro, Ano I, n. 3, jul. 1930.

Carta de Aristides Lobo a Lívio Xavier. Rio de Janeiro: Fundo Lívio Barreto Xavier. CEDEM/UNESP, 3 fev. 1930.

Carta de Dinah Siqueira aos Camaradas. Prontuário n. 37, v. 1, dez. 1930. Arquivo do Estado de São Paulo.

Carta de Mário Pedrosa a Lívio Xavier. Fundo Lívio Barreto Xavier. Alemanha: CEDEM/UNESP, 1928.

Carta de Mário Pedrosa a Lívio Xavier. Fundo Lívio Barreto Xavier. Rio de Janeiro: CEDEM/UNESP, 1930.

Carta sem Autoria Definida. Prontuário, n. 315, f. 23.

Cartas de Autocrítica de Astrogildo Pereira Duarte Silva. Prontuário de Astrogildo Pereira Duarte Silva, São Paulo, n. 44. Fundo DEOPS/SP. Arquivo do Estado de 29 dez. 1930; 25 jan. 1932.

Circular do comitê Central do PCB. Antônio Brandão. Prontuário, n. 57. Fundo DEOPS/SP. Arquivo do Estado de São Paulo.

Circular do PCB. Prontuário, n. 192, 1932. Higinio Delgado. Fundo DEOPS/SP. Arquivo do Estado de São Paulo, 20 nov. 1932.

Prontuário n. 37 de Aristides Lobo. Fundo DEOPS/SP. Arquivo do Estado de São Paulo. v. 1.

Prontuário n. 1.053 de Manoel Karacik. Carta data provável janeiro de 1931. Ms. Fundo DEOPS/SP. Arquivo do Estado de São Paulo.

Prontuário n.º 1.691, de Caio Prado Júnior e Antonietta Prado. Fundo DEOPS/SP. Arquivo do Estado de São Paulo.

Prontuário n.º 2.030 de Mário Pedrosa, doc. 10. Carta aos Camaradas do P.C. Fundo DEOPS/SP. Arquivo do Estado de São Paulo.

Prontuário n.º 44 de Astrojildo Pereira. Discurso do Camarada Marques. Fundo DEOPS/SP. Arquivo do Estado de São Paulo.

Resoluções adotadas pelo 5º Plenum do PCB. Rio de Janeiro: Ed. "Soviet", agosto de 1932. In: PRONTUÁRIO n.º 192 de Higino Delgado. Fundo DEOPS/SP. Arquivo do Estado de São Paulo.

Referências

ABRAMO, Fúlvio; KARAPOVS, Dainis (Org.). *Na contracorrente da história. Documentos da liga comunista internacionalista. 1930-1933.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

ALEXANDER, Robert J. *International trotskyism. 1929-1985.* A documented analysis of the movement. London: Duke University Press, 1991.

BRANDÃO, Otávio. *Depoimento.* História oral. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1993.

BROUÉ, Pierre. A oposição de esquerda internacional. In: ABRAMO, Fúlvio; KARAPOVS, Dainis (Org.). *Na contracorrente da história. Documentos da liga comunista internacionalista. 1930-1933.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Tempos de viver: dissidentes comunistas em São Paulo (1931-1936).* 1998. Tese (Livre Docência em História) - FHDSS Unesp - Franca, 1998.

HOBBSBAWN, E. J. *Revolucionários.* 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KAREPOVS, Dainis. Benjamim Pèret: surrealismo e trotskismo no Brasil. In: LOUREIRO, Isabel Maria. *Trotsky hoje.* São Paulo: Ensaio, 1994.

KAREPOVS, Dainis. *Nos subterrâneos da luta (Um estudo sobre a cisão no PCB em 1937-1938).* 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

LOBO, Aristides da Silveira. *Escreva certo! Método pratico para escrever corretamente e sem necessidade de consultar o dicionário. Por um professor.* 4. ed. São Paulo: Atena, 1949.

LOBO, Aristides. *Carta aberta aos membros do Partido Comunista.* Prontuário, n. 44, São Paulo: Fundo DEOPS/SP, Arquivo do Estado, 1930.

MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária.* Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. *Outras histórias*. Contribuição à história do trotskismo no Brasil — 1952-1966. O caso do POR (Partido Operário Revolucionário). 1997. Dissertação (Mestrado) - FFLCH/USP, São Paulo, 1997.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. Política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.

Recebido em 26/06/2015 – Aprovado em 16/03/2016.